

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 1340

Data: 20.08.85

Pg.: _____

Índios precisam de salvo-conduto para ir à cidade

Chapecó — O rigoroso esquema de segurança que a polícia militar instalou em sede trentin para evitar choque entre brancos e índios e barrar possível invasão de comunidades indígenas do sul do Brasil provocou um incidente com caciques do Paraná. As lideranças indígenas reclamam que a polícia restringe e compunge o acesso de índios mas facilita o trânsito de brancos.

As líderes indígenas do Paraná — Pedro Seg-Seg, Luiz Alan Wanfy e Rômulo da Sá — foram barrados na entrada Sede Trentin. Eles cruzaram por duas barreiras policiais, mas foram barrados na terceira. Um tenente pediu identificação e verificou que os três não constavam da "lista de autorizados a entrar". Receberam ordem de voltar, a polícia diz que o veículo tentou romper a barreira a força e os índios dizem que iam fazer o contorno para voltar, mas o fato é que os policiais sacaram as armas e atraram para o ar, em sinal de alerta.

Os índios retornaram à cidade e foram ao quartel da polícia militar pedir um salvo-conduto e receberam permissão para circular pela área. O salvo-conduto tem vigência de dois dias. O incidente não teve graves consequências porque a orientação do comandante da Polícia Militar em Chapecó, Tenente Coronel Nicodemus Braulino Cordeiro, é de evitar a qualquer custo choque ou violências, adotando medidas preventivas. Mas os caciques, mesmo assim, estão se queixando dos empecilhos impostos pela segurança para entrar na área em litígio. O mais irritado é o cacique da reserva Xanxerê, Ari Paliano, que acha que a polícia ainda será responsabilizada pela ira dos índios.

A situação de Sede Trentin/Toldo Chibangue ficará indefinida até que se desloque a Chapecó a Comissão Interministerial de alto nível que, pela derradeira vez, avaliará a situação para consubstanciar a decisão que o Governo Federal tomará nas próximas semanas. A comissão estará em Chapecó nesta semana, em data não revelada.

Cimi contesta a proposta da Funai que diminui a área dos caingangues

Chapecó — A Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — reagiu ontem com vigor à proposta da Funai que sugere a transferência de 1.100 hectares de terras de Sede Trentin/Toldo Chibangue aos índios Caingangues, declarando que "o Governo Federal mais uma vez demonstrou sua intenção de manter o conflito no Toldo sem qualquer solução".

A proposta da Funai levada aos índios que disputam os 1.885 hectares de Sede Trentin/Chibangue com os colonos é de que aceitem a redução de sua área para 1.100 hectares segundo traçado delimitado pelo Ministro da Reforma Agrária e aguardem 15 dias para a emissão de decreto presidencial. Para o Cimi, os Caingangues estão sendo envolvidos mais uma vez em promessas e prazos.

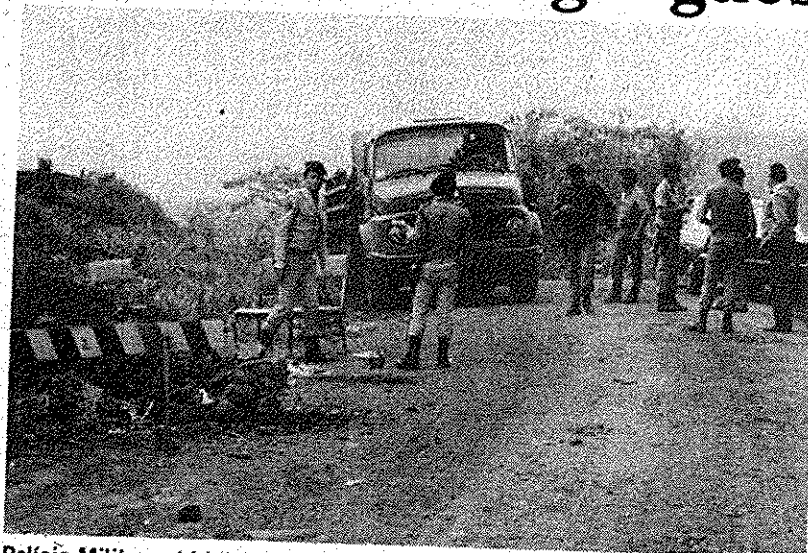
Além de criticar a proposta da Funai, o Cimi acusou-a de manipular lideranças indígenas para pressionarem os Caingangues do Chibangue a aceitarem a proposta sem maiores delongas: "não sabemos se, com tantas pressões, a comunidade do Chibangue poderá discutir com liberdade essa e outras alternativas possíveis. É certo contudo, que se for imposta a sugestão governamental, o problema de fundo continuará".

DESMENTIDOS

As afirmações de que "o Cimi é o grande obstáculo a vencer" na busca por uma solução para Sede Trentin por "manter-se irredutível na obtenção de

Amin denuncia interesses paralelos no conflito

"E a luta do roto com o esfarrapado". É desta forma que o Governador Esperidião Amin classifica o conflito criado entre índios e colonos de Toldo Chibangue/Sede Trentin no município de Chapecó. Informando ter ficado perplexo com o andamento da situação, Amin disse que é evidente o interesse paralelo de alguns em transformar a situação em conflito maior. O fato é que já foi comprovada, segundo o Governador, a presença de membros de outras reservas no local, provenientes do Paraná e até do Rio Grande do Sul, a maior parte transportada pela Delegacia Regional da Funai dos dois Estados.



Polícia Militar está totalmente mobilizada para impedir mais ataques

toda a "área litigada", publicadas domingo em **O ESTADO** e atribuídas à Funai foram rebatidas pelo Conselho. O Cimi distribuiu nota oficial onde se ocupa em retutar as declarações: "irredutíveis e obstinados são certos líderes dos colonos, como Ivani e Fidelis Trombetta, para quem qualquer solução que não seja a retirada dos índios equivale a uma proposta de briga.

Após tantos meses de indecisão e hesitação do Governo da Nova República, de propostas não efetivadas e

compromissos não cumpridos, pode-se mesmo pensar que irredutível é o próprio Governo, por seus ministérios do Interior e Reforma Agrária".

Em sua nota oficial, o Cimi diz que não é porta-voz dos índios e julga não ser coerente transigir sobre direito indígena. "Nossa posição é clara: os Caingangues do Chibangue são os únicos que têm legitimidade para decidir o que desejam ou aceitam. No entanto, não é confirmado que a comunidade já tenha aceitado a proposta do governo.

Amin informa que está nas mãos do Governo Federal, estudos, ainda não concluídos, apontando que a área de 2 mil hectares, disputada no momento, de direito em memorial pertence aos índios Caingangues. Mas de fato é das 170 famílias de colonos, proprietários de escrituras, algumas inclusive datando de 1893. "O Governo Federal não ultima os estudos e nem dá consequência por uma razão muito óbvia: cria-se um ponto de maior tensão, bem claro nos preceitos constitucionais, já que os colonos perdem a terra definitivamente sem direito à indenização", disse Amin.

Ao mesmo tempo afirma que já está sendo formada uma comissão, com-

posta de representações estadual, federal, dos colonos e dos índios para visitar o local e propor um entendimento. "Mas fatalmente a questão deve terminar na esfera judicial", destacou o Governador. Para garantir a segurança no local, ele disse que um contingente policial expressivo já foi deslocado de municípios vizinhos, responsável ainda pelo estancamento de invasão de outras tribos indígenas, que venham a participar do conflito.

De qualquer forma Amin espera que haja qualquer acordo, conduzido pelo Governo Federal, dando lugar a uma eventual retirada de algumas das partes.